



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 74/2024

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO
DIREITO

NÍVEL SUPERIOR – PROVA TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida entre **20 (vinte)** e **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas ou de folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

LÍNGUA PORTUGUESA

1

Nas frases abaixo há termos repetidos, que estão sublinhados e esses termos foram substituídos por sinônimos.

Assinale a frase em que a substituição ocorreu por um sinônimo de significado adequado.

- (A) A tranquilidade da tarde convida ao passeio; essa tranquilidade permite a cada um colocar-se em marcha / quietude.
- (B) É sempre uma alegria revê-lo; todos os membros de nossa família sentem essa alegria / convivência.
- (C) A ausência de teu irmão me preocupa; mas o que me preocupa sobretudo é que ele tem as chaves do carro / perturba.
- (D) Ficamos todos impressionados pela rapidez de sua corrida; sua rapidez humilhou os adversários / eficiência.
- (E) O novo maestro dirigiu esta música com energia; todos os espectadores saudaram a energia dessa interpretação / gestualidade.

2

Todas as frases abaixo mostram ações futuras.

Assinale a frase em que os termos sublinhados indicam, respectivamente, tempo anterior e tempo posterior.

- (A) A partir do momento em que você tiver compreendido o exercício, tudo irá melhor.
- (B) O regato certamente transbordará após cair a chuva desta noite.
- (C) Nós discutiremos todos esses resultados eleitorais quando a situação estiver mais tranquila.
- (D) Quando passarmos hoje à noite, deveremos ter vestido roupas mais quentes.
- (E) José poderá contar esta semana o que ele tiver conhecido durante a viagem.

3

Leia o seguinte fragmento textual:

Tomás chega de madrugada ao pé da rocha. Ele respira profundamente e prepara meticulosamente seu material. O alpinista inveterado não gosta de companhia, e seus parentes constantemente o reprovam por partir sozinho. Mas o jovem esportista ignora esses temores. Ele quer exercer a sua paixão o mais perto possível da natureza, sem testemunhas. Uma vez equipado e seguro, o alpinista começa a subida em paz. A rocha parece receber o corajoso intruso de bom grado. Não se escuta nenhum ruído exceto a respiração regular do jovem.

O nome sublinhado é retomado várias vezes no texto. Assinale a retomada que mostra um significado mais geral.

- (A) o alpinista inveterado.
- (B) o jovem esportista.
- (C) o alpinista.
- (D) jovem.
- (E) corajoso intruso.

4

Entre as frases abaixo, assinale aquela que pertence ao modo descritivo de organização discursiva.

- (A) As maritacas do ninho do telhado despertaram cedo e começaram a fazer barulho de imediato.
- (B) Seus cantos incomodam por sua estridência e altura, mas fazem parte do cenário da casa.
- (C) Após partirem, deixam um pouco de saudade, mas voltam religiosamente ao final do dia e voltam a repousar no ninho.
- (D) Há anos que essas maritacas fazem seu ninho no meu telhado e, depois de algum tempo, abandonam tudo, mas deixam a certeza de que voltam.
- (E) Daqui a algum tempo voltarei a ouvir os seus cantos, o bater de suas asas e os guinchos dos filhotes até que tudo recomece.

5

Observe o seguinte texto:

Os tornados são de longe as tempestades mais violentas. São turbilhões de ar de uma tal força, que, em sua passagem, casas podem desmoronar como palitos de fósforo, e trens podem sair dos trilhos. Felizmente, os tornados (denominados ciclones por muitos) possuem um pequeno diâmetro.

Assinale a afirmação **errada** sobre esse fragmento textual.

- (A) Trata-se de um texto formulado por alguém que é possuidor de uma informação.
- (B) A explicação entre parênteses mostra a preocupação com a clareza da instrução.
- (C) Os exemplos citados sobre a violência dos tornados demonstram preocupação explicativa.
- (D) A estrutura narrativa é mostrada pela sucessão cronológica das ações citadas como exemplos.
- (E) Após o primeiro período, há justificativas para a afirmação inicial contida nesse período.

6

Observe o narrador do seguinte texto narrativo:

Eu saí bruscamente, sem avisar a ninguém. Eu não levava nada. Estava vestido com um terno escuro e um sobretudo azul. Eu andava pela rua: as árvores, a calçada, alguns transeuntes. Ao desembocar na praça, percebi o ônibus. Acelerei o passo, atravessei correndo a rua e subi após alguns outros passageiros. O ônibus partiu. Eu me sentei ao fundo. Os vidros estavam cobertos de chuva. Duas pessoas estavam diante de mim, uma senhora, um homem que lia o jornal.

Sobre o narrador desse segmento, é correto afirmar que

- (A) o texto mostra claramente a diferença entre o autor e o narrador do texto.
- (B) o narrador é de ponto de vista interno, ou seja, os fatos e os personagens são vistos pelo olhar de um personagem.
- (C) o ponto de vista interno está ligado ao fato de o narrador ser identificado como o autor do texto.
- (D) o texto mostra um ponto de vista externo, ou seja, os fatos são narrados por um personagem que não participa da história.
- (E) o texto exemplifica um narrador onisciente, ou seja, o narrador tem todas as informações sobre os fatos e os personagens.

7

Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras.

Assinale a opção em que há uma palavra que **não** pertence à mesma família das demais.

- (A) pão / padaria / panificador / padeiro.
- (B) manual / manipulação / manter / mão.
- (C) barbeiro / barba / barbicha / barbado.
- (D) narigudo / nasal / narina / nariz.
- (E) linha / linear / desalinhado / linho.

8

Leia a frase abaixo:

O pior que uma pessoa pode fazer em relação à verdade é conhecê-la e virar-lhe as costas.

Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- (A) Os pronomes “la” e “lhe” se referem ao mesmo antecedente.
- (B) O termo “uma pessoa” tem significado específico.
- (C) Há um erro no emprego da crase em “à verdade”.
- (D) Na frase deveria estar escrito “conhecer-lhe” e não “conhecê-la”.
- (E) Em lugar de “virar-lhe” deveria estar escrito “virá-la”.

9

As frases abaixo mostram elementos sublinhados. Assinale a frase que mostra um elemento que indica a participação do autor do texto na mensagem veiculada.

- (A) A lei estabelece um prazo para o pagamento, de forma que ele seja possível.
- (B) As coisas já estiveram melhores, mas creio que há uma tendência de mudança.
- (C) Os novos veículos trazem controle automático de estabilidade nas curvas.
- (D) Os juízes garantiram que as eleições transcorreram numa normalidade absoluta.
- (E) A moto derrapou na calçada e chocou-se contra a vitrine da loja, mas felizmente ninguém ficou ferido.

10

Assinale a frase em que a modificação sugerida provoca mudança de sentido na frase original.

- (A) Houve uma tremenda festa na chegada dos jogadores / Na chegada dos jogadores houve uma tremenda festa.
- (B) Eles esperam chegar na hora certa / Eles esperam que cheguem a uma certa hora.
- (C) Eles pensam que têm razão / Eles pensam ter razão.
- (D) O diretor tomou a decisão de uma hora para outra / Repentinamente, o diretor tomou a decisão.
- (E) Delicadamente, o veterinário deslocou o filhote para a gaiola / O veterinário deslocou o filhote para a gaiola, com delicadeza.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

11

No curso do estágio probatório, João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foi acusado de prática de infração disciplinar de singular gravidade, o que levou à instauração de processo disciplinar. Ao fim do período de estágio probatório, constatou-se que João não satisfaz as condições exigidas, sendo exonerado. Paralelamente, o processo disciplinar ainda não tinha sido concluído.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que

- (A) como no regime disciplinar aplicável a João a exoneração é sinônimo de demissão, o processo disciplinar deve ser arquivado.
- (B) a exoneração de João fez cessar o vínculo funcional, daí decorrendo a exigência de arquivamento do processo disciplinar.
- (C) João foi corretamente exonerado, sendo que, ao fim do processo disciplinar, a exoneração será convertida em demissão, se for o caso.
- (D) como João foi exonerado, caso seja condenado no processo disciplinar, com a aplicação da sanção de demissão, isto não produzirá nenhum efeito.
- (E) João não poderia ter sido exonerado, pois isto somente poderia ocorrer após a conclusão do processo disciplinar e cumprimento da penalidade.

12

Em determinada relação processual em tramitação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, o Desembargador revisor alvitrou a necessidade de serem adotadas três medidas:

- I. medidas ordinatórias do feito que foram omitidas;
- II. complementação do relatório; e
- III. pedido de dia para julgamento.

No que diz respeito às medidas passíveis de serem adotadas diretamente pelo revisor, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno, que isto pode ocorrer em relação àquela(s)

- (A) referidas em I, II e III.
- (B) referida apenas em I.
- (C) referida apenas em II.
- (D) referidas apenas em I e III.
- (E) referidas apenas em II e III.

13

Após regular tramitação de processo disciplinar, foi aplicada a Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário, a sanção de suspensão. Em momento posterior, Ana tomou conhecimento de fatos novos que seriam, ao seu ver, suscetíveis de justificar a sua inocência.

Após analisar o regime jurídico a que estava sujeita, Ana concluiu corretamente que pode requerer a revisão do processo disciplinar

- (A) a qualquer tempo.
- (B) no prazo de três anos, a contar do esaurimento do prazo recursal.
- (C) antes do decurso de um ano, a contar do esaurimento do prazo recursal.
- (D) no mesmo prazo de prescrição da respectiva infração, sendo a prolação da decisão condenatória o termo *a quo*.
- (E) no mesmo prazo para o ajuizamento da ação rescisória, nos termos da legislação processual civil, sendo o trânsito em julgado administrativo o termo *a quo*.

14

Ao fim do ano X, foi constatado que em determinada Comarca do Estado de Mato Grosso foram distribuídos mais de mil processos, não computadas nesse número execuções fiscais e cartas precatórias. Ao constatar o ocorrido, o secretário do Juiz da Comarca informou os fatos a esse agente para a adoção das providências necessárias.

À luz do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso, a providência a ser adotada consiste em

- (A) solicitar designação de juiz substituto para o fim de auxiliar o juiz titular em razão do aumento do volume de trabalho.
- (B) comunicar o ocorrido à Corregedoria-Geral da Justiça para a adoção das providências necessárias à criação de nova unidade judicial.
- (C) instaurar correição ordinária de ofício, comunicando-se à Corregedoria-Geral da Justiça para a designação de servidor para acompanhar os trabalhos.
- (D) instaurar processo de gestão administrativa com o objetivo de aferir a produtividade dos servidores existentes na unidade judicial, para fins de solicitação de reforço.
- (E) oficiar ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja dimensionado o volume de serviço, em comparação com outros órgãos de competência similar, visando à criação de nova vara.

15

Por razões variadas, como a aposentadoria e a morte, houve drástica redução do número de servidores da Vara X da Comarca Alfa. Por tal razão, o respectivo Juiz de Direito decidiu solicitar o remanejamento de servidores da Vara Y da mesma Comarca, que sabidamente contava com um elevado número de servidores.

Nesse caso, à luz do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, a solicitação deve ser encaminhada ao

- (A) Juiz Diretor do Fórum.
- (B) Conselho da Magistratura.
- (C) Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) Juiz de Direito titular da Vara Y.
- (E) Presidente do Tribunal de Justiça.

16

Determinado Juiz de Direito do Estado de Mato Grosso constatou que o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça não disciplinava uma situação que vinha se apresentando de modo recorrente na unidade judicial da qual era titular.

À luz do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, é correto afirmar que o referido magistrado pode

- (A) apresentar proposta de alteração do código de normas por meio da comissão de participação legislativa.
- (B) editar portarias ou ordens de serviço, cuja eficácia pode vir a ser suspensa pelo Corregedor-Geral da Justiça.
- (C) editar portarias ou ordens de serviço, que somente terão eficácia após aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.
- (D) propor ao Corregedor-Geral da Justiça a edição de portaria ou ordem de serviço complementar, fornecendo minuta da proposição.
- (E) despachar com o Corregedor-Geral da Justiça, que aprovará ou rejeitará, em decisão fundamentada, a proposta de regulamentação editada pelo magistrado.

17

Em um recurso de apelação julgado por Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso foram prolatados dois votos favoráveis ao apelante e um voto favorável ao apelado. À luz desse quadro, o Presidente da Câmara informou que procederá em harmonia com o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) o processo deve ser redistribuído à Seção de Direito Privado para a continuidade do julgamento.
- (B) os julgadores que já votaram não poderão rever seus votos no momento da complementação do julgamento.
- (C) deve ser solicitado ao Presidente do Tribunal de Justiça que designe outros dois Desembargadores para a continuidade do julgamento.
- (D) o próprio Presidente da Câmara deve realizar a convocação de outros julgadores junto à Câmara de Direito Privado previamente indicada.
- (E) o julgamento deve ser suspenso, para que os julgadores que já proferiram seus votos possam avaliar a possibilidade de alterações, e, em caso negativo, convocar outros julgadores.

18

João, servidor estável, ocupante de cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, foi aprovado em concurso público de provas e títulos e tomou posse em outro cargo público, com remuneração mais elevada, no âmbito da mesma estrutura estatal de poder, o que o levou a deixar o cargo anterior, que permanece vago. Ao fim do estágio probatório do novo cargo, foi considerado inabilitado.

Após analisar o regime jurídico a que está sujeito, João concluiu corretamente que ele será

- (A) exonerado.
- (B) reintegrado ao cargo de origem.
- (C) reconduzido ao cargo de origem.
- (D) transferido para o cargo de origem.
- (E) aproveitado em outro cargo, com atribuições e remuneração semelhantes às do cargo de origem.

19

O Chefe do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso recebeu solicitação, do Chefe do Poder Executivo do Município Alfa, situado no território do referido Estado, almejando a cessão de João, servidor daquela estrutura de poder.

Considerando a sistemática estabelecida pelo regime jurídico a que João está sujeito, é correto afirmar que

- (A) a cessão é vedada, pois somente pode ocorrer entre órgãos do Poder Executivo.
- (B) a cessão deve ser limitada a cinco anos, prorrogáveis por interesse da Administração Pública.
- (C) realizada a cessão, o ônus da remuneração de João deve ficar a cargo do Poder Judiciário de Mato Grosso.
- (D) realizada a cessão, é vedado que João ocupe cargo em comissão no Poder Executivo do Município Alfa.
- (E) somente é permitida a cessão caso o Poder Executivo do Município Alfa não tenha quadro de pessoal próprio.

20

Após muita dedicação ao serviço público, Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Estado de Mato Grosso, foi informada de que teria um aumento remuneratório em razão de sua passagem para uma referência imediatamente superior, dentro da mesma classe e categoria funcional a que pertence.

Na situação de Maria, em consonância com o regime jurídico dos servidores públicos estaduais, estamos perante

- (A) o acesso.
- (B) a ascensão.
- (C) a promoção.
- (D) a progressão.
- (E) a transposição.

MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO E ESTATÍSTICA

21

Considere os conjuntos A , B e C tais que:

$A = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 3\}$;

$B = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 8\}$;

$C = \{\text{conjunto dos múltiplos inteiros e positivos de } 12\}$.

É correto afirmar que $A \cap C - B$ corresponde ao conjunto

- (A) dos múltiplos inteiros e positivos de 12.
- (B) dos múltiplos inteiros e positivos de 24.
- (C) dos números inteiros e positivos que, divididos por 24, deixam resto 12.
- (D) dos números inteiros e positivos que, divididos por 24, deixam resto 6.
- (E) vazio.

22

Seja A o conjunto de todos os alunos da turma X da escola Y e $x \in A$. Considere as seguintes funções proposicionais:

$p(x)$: o aluno x sabe lógica.

$q(x)$: o aluno x sabe filosofia.

$r(x)$: o aluno x será aprovado no ano letivo de 2024.

A proposição composta "Qualquer que seja o aluno da turma X da escola Y , se ele sabe lógica ou sabe filosofia, então será aprovado no ano letivo de 2024" é melhor representada, em linguagem simbólica, por

- (A) $\exists x: (p(x) \wedge q(x) \rightarrow r(x))$
- (B) $\exists x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$
- (C) $\forall x: (p(x) \wedge q(x) \rightarrow r(x))$
- (D) $\forall x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$
- (E) $\exists x: (p(x) \vee q(x) \rightarrow r(x))$

23

Os ringues usados nas lutas de MMA (*Mixed Martial Arts*) têm, em geral, o formato de octógonos regulares.

Considere que $AB, BC, CD, DE, EF, FG, GH$ e HA sejam os lados de um desses octógonos, sendo A, B, C, D, E, F, G e H seus vértices.

Dois lutadores estão dentro desse ringue, parados em vértices distintos, de modo que a distância entre eles é a maior possível.

Desprezando-se as dimensões dos lutadores, eles podem estar nos vértices

- (A) D e H.
- (B) C e F.
- (C) A e G.
- (D) B e E.
- (E) D e G.

24

Mauro possui dois mapas do estado de Mato Grosso. No mapa M_1 , o estado está representado na escala 1 : 1.250.000. No mapa M_2 , a representação é feita na escala 1 : 500.000.

Com relação às áreas cobertas pelas representações do estado nos mapas, é correto concluir que a área em M_1 é

- (A) 6,25 vezes menor que a área em M_2 .
- (B) 2,50 vezes menor que a área em M_2 .
- (C) 1,25 vezes menor que a área em M_2 .
- (D) 2,50 vezes maior que a área em M_2 .
- (E) 6,25 vezes maior que a área em M_2 .

25

As idades de Aluísio, Benício, Cláudio, Danilo e Evaldo somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Danilo tem 2 anos a mais que Evaldo;
- Evaldo tem 3 anos a menos que Benício;
- Cláudio tem 5 anos a mais que Danilo;
- a média aritmética das idades de Aluísio e Danilo é a idade de Benício.

Entre os 5 indivíduos citados, aquele que tem 43 anos é

- (A) Aluísio.
- (B) Benício.
- (C) Cláudio.
- (D) Danilo.
- (E) Evaldo.

26

Em uma caixa, há 1 bola branca, 2 bolas azuis e 3 bolas vermelhas. As bolas serão retiradas ao acaso, uma a uma, sem serem repostas, até que, pela primeira vez, entre as bolas retiradas, haja duas de uma mesma cor.

A probabilidade de que isso ocorra na 3ª retirada é

- (A) 9/60.
- (B) 10/60.
- (C) 11/60.
- (D) 12/60.
- (E) 13/60.

27

Um corpo com dimensões desprezíveis está em uma posição do plano cartesiano descrita pelo ponto $P_0 = (0, b)$.

Partindo de P_0 , esse corpo se move 3 unidades no sentido positivo do eixo das abscissas (eixo x) e 1 unidade no sentido negativo do eixo das ordenadas (eixo y) e, com isso, alcança o ponto P_1 . A partir de P_1 , esse corpo se move 2 unidades no sentido positivo do eixo x e 2 unidades no sentido negativo do eixo y e, com isso, alcança o ponto $P_2 = (a, 0)$.

É correto concluir que a soma $b + a$ é igual a

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

28

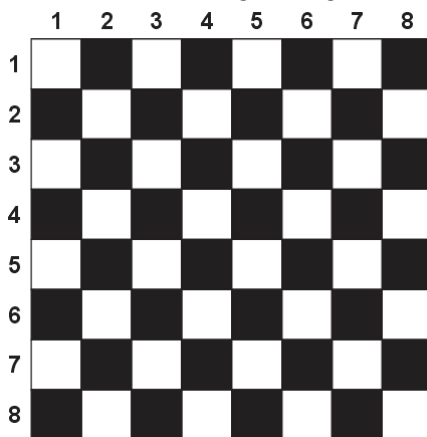
Num certo domingo, Mariana separou R\$ 60,00 em uma caixinha com a intenção de, a cada dia da semana, dar exatos R\$ 7,00 para que Bernardo, seu filho, gaste com o lanche na cantina da escola.

No dia seguinte, ela entregou os R\$ 7,00 a seu filho, mas ele gastou apenas R\$ 2,00 e guardou o restante. Essa sequência de eventos se repetiu, diariamente, até sábado, quando Bernardo acumulou

- (A) um valor R\$ 10,00 menor do que ainda restava à Mariana.
- (B) um valor R\$ 5,00 menor do que ainda restava à Mariana.
- (C) um valor igual ao que ainda restava à Mariana.
- (D) um valor R\$ 12,00 maior do que ainda restava à Mariana.
- (E) um valor R\$ 24,00 maior do que ainda restava à Mariana.

29

Os tabuleiros utilizados para jogos de damas e de xadrez são objetos quadrados divididos em linhas e colunas formando uma matriz 8 x 8. Cada uma das casas do tabuleiro corresponde a posições na matriz. As linhas (L) são numeradas de 1 a 8, de cima para baixo e as colunas (C) são numeradas de 1 a 8, da esquerda para a direita, conforme ilustra a figura a seguir.



Cada casa do tabuleiro tem uma única cor definida como segue:

$$\text{cor da casa} = \begin{cases} \text{branca, se } L + C \text{ é par} \\ \text{preta, se } L + C \text{ é ímpar} \end{cases}$$

Se, na definição das cores das casas do tabuleiro apresentada acima, ambas as operações de adição fossem trocadas por operações de multiplicação, o tabuleiro passaria a ter

- (A) 8 casas brancas e 56 casas pretas.
- (B) 16 casas brancas e 48 casas pretas.
- (C) 24 casas brancas e 40 casas pretas.
- (D) 36 casas brancas e 28 casas pretas.
- (E) 48 casas brancas e 16 casas pretas.

30

De todas as possíveis sequências de 4 dígitos distintos formadas exclusivamente com os elementos do conjunto $A = \{1, 2, 3, 4\}$, aquelas em que a soma do primeiro dígito com o último dígito dá o mesmo resultado que a soma dos demais dígitos totalizam

- (A) 2 sequências.
- (B) 4 sequências.
- (C) 6 sequências.
- (D) 8 sequências.
- (E) 12 sequências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.
- II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.
- III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

32

Em tema de prova e sua validade no processo penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A confissão será indivisível e irretroatável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz a ser fundado no exame das provas em conjunto.
- II. Por sua natureza técnica, a conclusão exarada no laudo por perito, desde que portador do diploma de curso superior, vincula a decisão judicial.
- III. O depoimento testemunhal será prestado oralmente, permitida, entretanto, breve consulta a apontamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33

Sobre a sentença, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença deve conter obrigatoriamente os nomes completos dos réus.
- (B) A sentença deve conter a exposição integral e detalhada da acusação e da defesa.
- (C) A sentença deve conter a indicação de todos os dispositivos legais aplicados e aplicáveis ao fato.
- (D) A sentença deve conter a data e a assinatura do juiz.
- (E) A sentença deve conter a indicação dos motivos, de fato e de direito, que fundarem e que poderiam fundar a decisão.

34

Quanto aos atos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A citação far-se-á, preferencialmente, por via telefônica ou eletrônica para fins de celeridade e prevenção à prescrição.
- (B) É requisito da citação por mandado a declaração do oficial de justiça acerca da entrega da contrafé e da aceitação ou recusa.
- (C) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por mandado.
- (D) O réu preso será citado por meio de seu advogado com poderes especiais de representação.
- (E) Verificando que o réu se oculta, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

35

No que tange aos sujeitos intervenientes do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz pode exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado apenas como auxiliar da justiça.
- (B) As hipóteses legais de suspeição judicial podem ser suscitadas por qualquer das partes, quando o juiz não as reconhecer de ofício.
- (C) O juiz não tem de se declarar suspeito quando for mero sócio de pessoa jurídica interessada no processo, desde que não exerça função de administração.
- (D) O juiz não tem a obrigação legal de se declarar suspeito quando tiver somente aconselhado uma das partes.
- (E) Quando realizada por defensor público ou dativo, a defesa técnica pode ser exercida sem a necessidade de fundamentação.

36

Em relação à investigação penal, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial pode mandar arquivar o inquérito, caso entenda que não restaram descobertos indícios de autoria e materialidade delitiva.
- (B) nos casos de infração de menor potencial ofensivo, a peça conclusiva do inquérito policial é o termo circunstanciado.
- (C) havendo requerimento de medida cautelar durante o inquérito policial, é obrigatória a intimação da parte investigada por respeito ao princípio do contraditório.
- (D) a composição dos danos civis homologada judicialmente não impede a vítima de exercer o direito de queixa ou representação.
- (E) o inquérito policial não é indispensável à propositura da ação penal nos crimes em que somente se procede mediante queixa do ofendido.

37

Em matéria de crimes contra a administração pública, analise as afirmações a seguir:

- I. A consumação do crime de corrupção ativa depende do recebimento, pelo funcionário público, da vantagem indevida oferecida para retardar ato de ofício.
- II. Pratica o crime de denúncia caluniosa o agente que dá causa à instauração de inquérito civil contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente.
- III. O crime de peculato pode ser cometido por meio de conduta culposa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

38

Acerca dos crimes em licitações e contratos administrativos, avalie as afirmações a seguir.

- I. A pena de multa será calculada pela metodologia genérica de dias-multa, mas o valor não poderá ser inferior a 2% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- II. O condenado terá a progressão do regime da execução penal condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- III. O agente privado que, ciente de que foi sancionado com a declaração administrativa de inidoneidade, contratar com a Administração Pública, não incorre em prática de comportamento criminoso.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

39

Sobre o concurso de pessoas, está correto afirmar que a participação de menor importância tem a natureza jurídica de

- (A) causa de exclusão da antijuridicidade.
- (B) causa de diminuição da pena.
- (C) causa de exclusão da tipicidade.
- (D) circunstância qualificadora.
- (E) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

40

A casa de albergado é destinada ao cumprimento das penas

- (A) restritivas de direitos, em regime aberto.
- (B) privativas de liberdade de detenção, em regime semiaberto.
- (C) privativas de liberdade de reclusão ou detenção, em regime aberto.
- (D) restritivas de direitos, em regime misto.
- (E) privativas de liberdade de reclusão, em regime disciplinar diferenciado.

41

Em tema de princípios aplicáveis ao direito penal, analise as seguintes afirmativas:

- I. O princípio da subsidiariedade do direito penal preconiza que não deve ser criminalizada a conduta socialmente nociva que possa ser controlada eficazmente por espécies normativas menos onerosas ao indivíduo.
- II. O princípio da legalidade abrange a diretriz da taxatividade, que orienta o legislador penal no sentido de evitar o emprego de expressões imprecisas, dúbias e obscuras.
- III. Por força do princípio da responsabilidade penal pessoal, é vedada a decretação do perdimento de bens em desfavor dos sucessores do condenado, independentemente do montante de patrimônio transferido.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) I e III.

42

No que tange à classificação dos crimes, assinale a afirmativa correta.

- (A) Crime progressivo é aquele em que o tipo penal contém implicitamente outro, o qual não deve ser realizado para que se alcance o resultado.
- (B) Crime material é aquele que se consuma antecipadamente, sem depender da ocorrência do resultado desejado pelo agente.
- (C) Crime próprio é aquele em que o tipo penal descreve uma única conduta específica.
- (D) Crime unissubsistente é aquele em que a conduta punível não pode ser fracionada, consistindo na realização de um único ato.
- (E) Crime transeunte é aquele que deixa vestígios.

43

O Poder Executivo do Município Alfa, importante capital do país, vinha sistematicamente descumprindo os termos da Lei federal nº X. Com isso, era detectado um desequilíbrio na federação, pois a observância desse diploma normativo em outros Municípios acarretava uma situação de desvantagem para os administrados, em grave comprometimento da isonomia.

Ao tomar conhecimento dessa situação, o Partido Político Sigma solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de o Presidente da República decretar a intervenção no Poder Executivo de Alfa, sendo-lhe corretamente esclarecido que

- (A) a decretação da intervenção pressupõe a prévia aprovação do respectivo decreto pelo Congresso Nacional.
- (B) é cabível a decretação da intervenção espontânea em razão da afronta a um princípio constitucional sensível.
- (C) caso seja julgado procedente o pedido formulado em ação direta interventiva, deve ser decretada a intervenção espontânea.
- (D) apesar da gravidade do ato praticado, considerando o equilíbrio federativo, não é possível a decretação da medida alvitrada por Sigma.
- (E) a intervenção pode ser decretada, sendo provocada ou espontânea conforme haja, ou não, prévio requerimento endereçado à autoridade competente.

44

A Lei federal nº X, de iniciativa parlamentar, dispôs que a alíquota do imposto sobre produtos industrializados, observados os limites ali estabelecidos, pode ser aumentada mediante decreto do Presidente da República. Além disso, acresceu que esse aumento incidiria no mesmo exercício financeiro em que foi estabelecido.

Irresignada com o teor dessa alteração, uma associação que congrega as indústrias do setor consultou a sua assessoria em relação à sua conformidade constitucional, sendo-lhe corretamente esclarecido que a Lei federal nº X

- (A) não apresenta vício de inconstitucionalidade.
- (B) apenas apresenta vício de iniciativa legislativa.
- (C) apenas afronta o princípio da legalidade tributária.
- (D) apenas apresenta o princípio da anterioridade tributária.
- (E) apresenta vício de iniciativa e afronta os princípios da legalidade e da anterioridade tributária.

45

Ana foi nomeada para ocupar o cargo em comissão X, no âmbito do Poder Judiciário do Estado Alfa. Na mesma época, Maria, que ocupava exclusivamente o cargo em comissão Y, requereu e teve deferida, pelo órgão competente, a aposentadoria voluntária por tempo de serviço.

Com os olhos voltados às competências constitucionais do Tribunal de Contas do Estado Alfa, é correto afirmar que essa estrutura de poder

- (A) deve examinar a legalidade, para fins de registro, da admissão de Ana e da aposentadoria de Maria.
- (B) não deve examinar a legalidade, para fins de registro, nem da admissão de Ana nem da aposentadoria de Maria.
- (C) somente deve examinar a legalidade, para fins de registro, da admissão de Ana, não da aposentadoria de Maria.
- (D) somente deve examinar a legalidade, para fins de registro, da aposentadoria de Maria, não da admissão de Ana.
- (E) caso seja requerido pelo Poder Judiciário do Estado Alfa, deve examinar a legalidade, para fins de registro, da admissão de Ana e da aposentadoria de Maria.

46

Marie nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, se encontravam trabalhando na embaixada da Alemanha. Logo após o nascimento, foi levada para a Etiópia, onde toda a família obteve a nacionalidade etíope. Ao completar dezoito anos de idade, Marie decidiu estabelecer domicílio no território brasileiro.

Muito identificada com a realidade brasileira, Marie analisou a sua situação jurídica com o objetivo de verificar a possibilidade de concorrer a um cargo eletivo, tendo concluído corretamente que

- (A) como tem a nacionalidade brasileira, pode concorrer ao cargo eletivo de vereadora.
- (B) caso venha a se naturalizar brasileira, pode concorrer a qualquer cargo eletivo.
- (C) caso opte pela nacionalidade brasileira, pode concorrer a qualquer cargo eletivo.
- (D) ainda que adquira a nacionalidade brasileira, tem restrições para concorrer a certos cargos eletivos.
- (E) por ser estrangeira, não pode concorrer a cargo eletivo, mesmo que venha a adquirir a nacionalidade brasileira.

47

Foi instituída uma comissão no âmbito do Partido Político Alfa com o objetivo de promover uma reforma estatutária.

Entre as propostas apresentadas, estavam as de

- I. estabelecer o caráter regional de Alfa, de modo a explorar a sua maior representatividade em uma região específica do país;
- II. exigir maioria qualificada, na votação dos seus correligionários, para a formação de coligações nas eleições proporcionais; e
- III. disciplinar a escolha e a duração dos órgãos partidários de caráter provisório.

Ao analisar o teor dessas propostas, a comissão concluiu corretamente, em relação à sua compatibilidade com a Constituição da República, que

- (A) todas são inconstitucionais.
- (B) apenas a proposta I é constitucional.
- (C) apenas a proposta III é constitucional.
- (D) apenas as propostas I e II são constitucionais.
- (E) apenas as propostas II e III são constitucionais.

48

Em determinado processo de caráter objetivo, o autor sustentou que, na interpretação constitucional, o intérprete participa do processo de criação da norma constitucional, devendo atribuir significado ao enunciado normativo interpretado, que sofre a influência das vicissitudes da realidade. Também acresceu que, na escolha desse significado, devem ser resolvidas as conflitualidades intrínsecas da norma constitucional, pois há fatores a serem considerados, como a linguagem, que podem influir no surgimento de significados distintos, cabendo ao intérprete a respectiva decisão.

A linha argumentativa sustentada pelo autor

- (A) pode ser utilizada na mutação constitucional, mas não pode ser utilizada no controle difuso de constitucionalidade.
- (B) é compatível com o pensamento problemático e com a técnica de decisão da declaração de nulidade sem redução de texto.
- (C) embora esteja em harmonia com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, é refratária à metódica estruturante.
- (D) em razão das dificuldades enfrentadas para a reconstrução do processo argumentativo, não é utilizada na interpretação constitucional.
- (E) se ajusta à concepção originalista de interpretação constitucional, prosélita da segurança jurídica e da previsibilidade da argumentação jurídica.

49

No âmbito do Congresso Nacional instaurou-se um amplo debate a respeito das formas de financiamento e contabilização das receitas e das despesas referentes às três áreas da seguridade social.

Ao fim do debate, concluiu-se corretamente que

- (A) a universalidade da cobertura e do atendimento exige que a contabilização das despesas seja realizada de forma conjunta, abrangendo as três áreas.
- (B) devem ser adotadas rubricas contábeis específicas para cada área, sendo que uma delas em particular deve ter preservado o seu caráter contributivo.
- (C) as três áreas estão alicerçadas na gratuidade, logo, o financiamento deve ser exclusivamente público, sem participação do beneficiário.
- (D) deve ocorrer uma diversidade de financiamento e uma centralidade contábil, de modo a que se possa aferir o gasto total com a seguridade social.
- (E) compete a cada ente federativo definir a forma de financiamento das áreas da seguridade social, no respectivo território, sendo obrigatório o caráter contributivo.

50

Determinado legitimado deflagrou o controle concentrado de constitucionalidade da Lei estadual nº X, ajuizando representação de inconstitucionalidade (RI) perante o Tribunal de Justiça do Estado Kappa (TJEK). O paradigma de confronto utilizado foi uma norma da Constituição do Estado Kappa idêntica à da Constituição da República.

O relator do processo, ao despachar a petição inicial, entendeu corretamente que

- (A) a RI somente pode ser conhecida pelo TJEK após a apreciação preliminar, pelo Supremo Tribunal Federal, de sua competência.
- (B) deveria ser ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, não sendo cabível a RI perante o TJEK.
- (C) quer se trate de norma de reprodução obrigatória, quer se trate de norma de imitação da Constituição da República, a RI pode ser conhecida pelo TJEK.
- (D) o conhecimento da RI pelo TJEK importaria em usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal para julgar a ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) a RI somente pode ser conhecida pelo TJEK se o paradigma de confronto da Constituição Estadual for norma de reprodução obrigatória da Constituição da República.

51

Após completar dezoito anos de idade, Caio, pessoa com deficiência, está animado em busca do seu primeiro emprego. Dessa forma, ele resolveu analisar a temática que afeta ao direito ao trabalho no contexto do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que

- (A) a pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, obrigação não extensível às pessoas jurídicas de direito privado, as quais estão sujeitas aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- (C) a pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
- (D) a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- (E) é garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

52

Maria, após ser aprovada para o cargo de servidora no Tribunal de Justiça do Estado Alfa, está analisando determinado processo em que se discute as cláusulas de um contrato de parceria público-privada.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, avalie se as cláusulas dos contratos de parceria público-privada deverão prever:

- I. as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas.
- II. o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- III. a repartição de riscos entre as partes, salvo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária, os quais serão assumidos pelo parceiro privado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

53

No curso de processo licitatório conduzido pelo Estado Alfa, houve empate, na fase de julgamento, entre as propostas oferecidas pelas sociedades empresárias XYZ e ABC. Desta forma, mostrou-se necessário o emprego de critérios de desempate.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o primeiro critério de desempate que deverá ser observado pelo Estado Alfa é

- (A) a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na legislação de regência.
- (B) o desenvolvimento pelos licitantes de programas que busquem garantir a contratação de pessoas com deficiência, conforme regulamento.
- (C) o desenvolvimento pelos licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- (D) a disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- (E) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

54

Tramitam, junto à 10ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Estado Alfa, ações que buscam o tombamento compulsório de determinadas obras de origem estrangeira que ingressaram no território nacional.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto-Lei nº 25/1937, avalie se devem ser excluídas do patrimônio histórico e artístico nacional as seguintes obras de origem estrangeira:

- I. Obras que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.
- II. Obras que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país.
- III. Obras que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.

Considerando as disposições do Decreto-Lei nº 25/1937, excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeiras elencadas em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Após o ajuizamento de ação de improbidade administrativa em face de Lucas, o juízo competente recebeu a petição inicial, tendo o processo transcorrido de forma regular. Terminada a instrução processual, houve a publicação de sentença condenatória, a qual, posteriormente, foi confirmada por acórdão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, transitando em julgado na sequência.

No caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o prazo prescricional se interrompeu pelo

- (A) ajuizamento da ação de improbidade administrativa; pelo recebimento da petição inicial por parte do juízo competente; pela publicação da sentença condenatória; e pela publicação do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa que confirmou a condenação em primeira instância.
- (B) recebimento da petição inicial por parte do juízo competente; pela publicação da sentença condenatória; e pela publicação do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa que confirmou a condenação em primeira instância.
- (C) ajuizamento da ação de improbidade administrativa; pela publicação da sentença condenatória; e pela publicação do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa que confirmou a condenação em primeira instância.
- (D) ajuizamento da ação de improbidade administrativa; pelo recebimento da petição inicial por parte do juízo competente e pela publicação da sentença condenatória.
- (E) pelo recebimento da petição inicial por parte do juízo competente e pela publicação da sentença condenatória.

56

A sociedade empresária Alfa se envolveu em um grande esquema de corrupção, gerando inequívoco prejuízo ao Poder Público. Dessa forma, os representantes do grupo empresarial, com o objetivo de blindar a companhia e seus dirigentes, pretendem realizar uma robusta alteração contratual. Nesse contexto, a entidade privada buscou uma consultoria jurídica geral sobre o caso apresentado, com o objetivo de entender as possíveis consequências dele decorrentes.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, analise as afirmativas a seguir:

- I. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- II. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013 praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- III. Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

57

Após determinação do Governador do Estado Alfa, Maurício, agente público, se dirigiu à cidade Beta, no interior do ente federativo, com o objetivo de buscar processos físicos estaduais que seriam objeto de digitalização na Capital. Contudo, no caminho, Maurício, que conduzia um veículo automotor oficial em excesso de velocidade, colidiu com o automóvel de Maria, estudante de Direito no primeiro ano letivo. Registre-se que não há, no caso, qualquer hipótese de exclusão do nexo de causalidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Estado Alfa

- (A) incorrerá em responsabilidade civil objetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, independentemente da comprovação do dolo ou da culpa de Maurício.
- (B) incorrerá em responsabilidade civil subjetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, desde que comprovado que Maurício agiu com dolo ou culpa.
- (C) incorrerá em responsabilidade civil objetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, desde que comprovado que Maurício agiu com dolo.
- (D) não responderá pelos danos causados à vítima Maria, já que Maurício, por estar em excesso de velocidade, deverá arcar com o valor da indenização.
- (E) não responderá pelos danos causados à vítima Maria, já que Maurício, embora estivesse em excesso de velocidade, não agiu com dolo.

58

Em razão de litígio originado durante a execução de determinado contrato administrativo entre a sociedade empresária XYZ e o Estado Alfa, os representantes da contratada buscaram informações sobre os meios alternativos de resolução de controvérsias.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) nas contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, vedado o emprego da conciliação e da mediação, institutos não aplicáveis a litígios de natureza empresarial.
- (B) os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias no âmbito da Lei nº 14.133/2021 são aplicáveis aos litígios relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, desde que não haja discussão sobre o cálculo de indenizações, por se tratar de matéria sujeita à reserva de jurisdição.
- (C) os contratos administrativos poderão prever, inicialmente, o emprego de meios alternativos de resolução de controvérsias, não se admitindo o aditamento contratual para tal finalidade.
- (D) o processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.
- (E) a arbitragem será sempre de fato, mantendo-se em sigilo até que haja o resultado definitivo do julgamento.

59

Marcos, proprietário de um terreno em uma região afastada da cidade, oferece o imóvel para venda a Paulo, destacando que o terreno está localizado em uma área que será alvo de um novo projeto de desenvolvimento urbano promovido pela prefeitura. Marcos afirma que a valorização do imóvel é certa e iminente, o que convence Paulo a fechar o negócio.

Após a compra, Paulo descobre que o suposto projeto de desenvolvimento urbano não existe e que Marcos inventou essa informação para induzi-lo a pagar um preço elevado pelo terreno. Sentindo-se enganado, Paulo procura um advogado para saber se pode desfazer o negócio, alegando que só comprou o imóvel por causa da promessa de valorização.

Considerando as disposições do Código Civil sobre vícios do consentimento, o contrato é

- (A) anulável, pois houve dolo por parte de Marcos, que induziu Paulo a erro com informações falsas sobre o terreno.
- (B) nulo, pois a mentira sobre a valorização do terreno é um vício insanável que impede sua validade.
- (C) válido, pois a valorização futura do imóvel é apenas uma expectativa, e Paulo deveria ter se informado melhor antes de fechar o negócio.
- (D) anulável apenas se Paulo provar que o valor pago foi abusivo em relação ao preço de mercado.
- (E) inexistente, pois faltou um elemento essencial para a formação da vontade de Paulo, que não teria realizado o negócio sem a promessa de valorização.

60

Tereza foi condenada em uma ação penal, com sentença transitada em julgado, pelo crime de furto qualificado de valores significativos pertencentes à sua antiga empregadora, Joana. A sentença, além de fixar a pena privativa de liberdade, determinou que Tereza ressarcisse os valores obtidos ilícitamente.

Joana, sabendo que o único bem integrante do patrimônio de Tereza é um imóvel residencial, adquirido, inclusive, com os valores obtidos ilícitamente, contrata advogada especializada para emitir parecer sobre a possibilidade de penhora do bem em uma ação de execução.

Considerando as disposições da Lei nº 8.009/1990 sobre a impenhorabilidade do bem de família, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O imóvel de Tereza é impenhorável, pois a Lei nº 8.009/1990 protege o bem de família como instrumento de resguardo da dignidade humana e o direito à moradia, independentemente da origem do bem.
- II. O imóvel de Tereza é penhorável, pois, ao ser condenada criminalmente, ela perdeu automaticamente a proteção de impenhorabilidade do bem de família para todos os bens que possui, incluindo sua residência.
- III. O imóvel é penhorável, pois a Lei nº 8.009/1990 permite a penhora do bem de família quando a dívida decorre de sentença penal condenatória transitada em julgado, com condenação a indenização ou ressarcimento por ato ilícito.
- IV. O imóvel de Tereza é impenhorável, pois, embora a execução decorra de sentença penal, trata-se de seu único imóvel e de sua residência familiar, condição que assegura a proteção do bem de família, já que o direito à moradia é prioritário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

61

Em um processo de execução fundada em título executivo extrajudicial, Antônio foi citado para pagar uma dívida, mas alegou que a citação foi realizada fora do horário legalmente permitido, pois foi feita às 22 (vinte e duas) horas. Todavia, o executado não apontou a ocorrência de qualquer prejuízo em razão da prática do ato citatório no referido horário.

Com base no Código de Processo Civil, o juiz deve

- (A) reconhecer, de ofício, a nulidade da citação, e o processo deve ser extinto sem resolução do mérito.
- (B) proferir decisão interlocutória pela validade da citação, dando novo prazo para a eventual oferta de embargos do executado.
- (C) reconhecer, a requerimento de Antônio, a nulidade da citação, pois a existência de prejuízo é prescindível em relação à citação realizada fora do expediente forense.
- (D) determinar a renovação do ato citatório em horário de expediente forense, sendo presumido o prejuízo sofrido por Antônio.
- (E) rejeitar a alegação de nulidade do ato citatório, eis que não demonstrado prejuízo sofrido por Antônio.

62

A empresa Beta Ltda. coletou, sem autorização, informações sobre a estrutura organizacional e dados comerciais de outra empresa, a Gamma S.A., e utilizou essas informações para direcionar estratégias de mercado. Entre os dados coletados, estão informações que identificam os sócios e diretores da Gamma S.A., além de dados específicos sobre contratos e fornecedores. A empresa Gamma S.A., ao descobrir a coleta e utilização desses dados, questiona a legitimidade da conduta da Beta Ltda., alegando que houve violação aos direitos dos titulares dos dados.

Diante da situação hipotética e com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), é correto afirmar que a LGPD

- (A) se aplica parcialmente ao caso, incidindo apenas sobre os dados pessoais que identificam os sócios e diretores da Gamma S.A., pois não abrange dados puramente comerciais ou organizacionais da pessoa jurídica.
- (B) se aplica integralmente ao caso, uma vez que houve coleta não autorizada de informações e a proteção dos direitos da personalidade pode ser estendida às pessoas jurídicas.
- (C) protege integralmente qualquer dado coletado sem autorização, independentemente de se referir a uma pessoa física ou jurídica, pois a coleta de dados sem consentimento viola os princípios de finalidade e adequação.
- (D) não se aplica aos dados comerciais da Gamma S.A., pois a atividade de coleta de informações comerciais encontra fundamento na livre concorrência e desenvolvimento econômico, e o tratamento de dados pode ser justificado pelo legítimo interesse.
- (E) se aplica parcialmente ao caso, incidindo sobre os dados pessoais dos sócios e diretores e sobre os dados comerciais da Gamma S.A. apenas na ausência de uma base legal específica que autorize o tratamento.

63

A Associação de Consumidores de Energia (ACE) ajuizou uma ação coletiva contra a empresa de fornecimento de energia elétrica Energia Total S.A., buscando reparação por prejuízos causados a consumidores de uma cidade devido a uma série de quedas de energia que resultaram em danos a aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. Na ação, a associação alega que os consumidores têm direito à reparação dos prejuízos causados, devido à má prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica.

Considerando a situação apresentada e as disposições do Código de Defesa do Consumidor sobre os efeitos da sentença coletiva, é correto afirmar que

- (A) se a sentença for de procedência, fará coisa julgada *erga omnes*, beneficiando todas as vítimas e seus sucessores da cidade afetada.
- (B) se a sentença for de improcedência, fará coisa julgada *erga omnes*, impedindo que qualquer consumidor da cidade afetada ingresse com ação individual sobre o mesmo fato.
- (C) a decisão proferida na ação coletiva, fará coisa julgada para todos os consumidores afetados pela mesma situação jurídica.
- (D) se a sentença for de procedência, a reparação será promovida, em qualquer hipótese, automaticamente pela empresa Energia Total S.A., que deverá indenizar cada consumidor, sem a necessidade de execução individual.
- (E) a ação coletiva promovida pela ACE gera litispendência para ações individuais já ajuizadas pelos consumidores afetados.

64

Marcos e Cristina, apesar da discordância de seus pais, casaram-se mediante autorização judicial e sem pacto antenupcial quando ambos tinham 16 anos de idade. Ao longo da vida em comum, apesar das dificuldades iniciais, mantiveram uma convivência feliz e tiveram os gêmeos Túlio e Clara, atualmente com 18 anos de idade. No último mês, a família foi surpreendida pela morte precoce de Marcos, vitimado em acidente de carro. Além dos filhos e de Cristina, Marcos deixa pais vivos. Aberta a sucessão de Marcos e considerando que todo o patrimônio de Marcos foi adquirido na constância do casamento, avalie as assertivas a seguir.

- I. Cristina, em razão da adoção do regime da comunhão parcial de bens, herdará em concorrência sucessória com Túlio e Clara apenas em relação aos bens particulares deixados por Marcos, assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar.
- II. Cristina, em razão do regime de bens adotado no seu casamento com Marcos, não herdará em concorrência sucessória com Túlio e Clara, mas terá o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar.
- III. Se Túlio e Clara renunciarem à herança de Marcos, Cristina será chamada a suceder, independentemente do regime de bens do casamento, sendo assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar.
- IV. Cristina, em razão do regime de bens adotado no seu casamento com Marcos, não possui legitimidade sucessória em concorrência com os filhos comuns ou com os ascendentes, mas é assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

65

João ingressou com ação condenatória em face de Maria. O juiz proferiu sentença de procedência, condenando Maria ao cumprimento de obrigação de fazer, concedendo a tutela provisória requerida por João na própria sentença.

No período compreendido entre a prolação da sentença e o julgamento do recurso de apelação interposto por Maria, requer o cumprimento de sentença, mas Maria argumenta que a sentença não transitou em julgado.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a opção que apresenta o momento em que pode ser iniciado o cumprimento provisório da sentença.

- (A) Depois do trânsito em julgado da sentença.
- (B) No período compreendido entre a apresentação das contrarrazões ao recurso de apelação e a inclusão do processo em pauta de julgamento, exclusivamente.
- (C) Após a interposição de recurso com efeito suspensivo.
- (D) Na pendência de julgamento de recurso interposto sem efeito suspensivo.
- (E) Quinze dias úteis após a prolação da sentença, independentemente da interposição de recurso.

66

Ricardo, médico, casado com Roberta, professora, celebrou, na condição de locatário, um contrato de locação residencial com Henrique, empresário divorciado, pelo prazo de 30 meses. O contrato, com cláusula específica de vigência para hipótese de alienação, foi averbado junto à matrícula do imóvel.

No 15º mês de vigência do contrato, Henrique notificou Ricardo sobre sua intenção de vender o imóvel e assegurando ao locatário o exercício do direito de preferência. Ricardo, no entanto, recusou a compra. Logo após, Henrique vendeu o imóvel para Cristina e poucas semanas depois, Ricardo faleceu.

Com a intenção de se imitir na posse do imóvel, Cristina consultou um(a) advogado(a) para esclarecer seus direitos e as possibilidades de desocupação do imóvel.

Com base na Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações), é correto afirmar que

- (A) Cristina deve respeitar o contrato de locação até o final do prazo estipulado, pois o contrato possui cláusula de vigência para hipótese de alienação e foi averbado na matrícula do imóvel. Além disso, Roberta, como cônjuge sobrevivente de Ricardo, sub-roga-se nos direitos e obrigações do contrato.
- (B) com a morte de Ricardo, o contrato de locação é extinto automaticamente, permitindo que Cristina, como nova proprietária, denuncie o contrato no prazo de noventa dias a partir do registro da venda, para se imitir na posse do imóvel.
- (C) Cristina, como nova proprietária, pode solicitar a desocupação do imóvel a qualquer momento, independentemente da cláusula de vigência averbada, pois a morte do locatário rompe o vínculo contratual.
- (D) Cristina pode exigir a desocupação imediata do imóvel, uma vez que Ricardo recusou o direito de preferência e o contrato se extingue automaticamente com a morte do locatário.
- (E) a cláusula de vigência para hipótese de alienação permite que Cristina, nova proprietária, denuncie o contrato mediante aviso prévio de noventa dias, obrigando Roberta a deixar o imóvel, desde que indenize pelos meses restantes do contrato.

67

Paulo ajuizou ação de consignação em pagamento para depositar valores que alegava serem devidos a Roberto, afirmando que este se recusava a receber o pagamento. O juiz deferiu o pedido inicial e determinou que Paulo realizasse o depósito no prazo de 05 (cinco) dias, conforme o art. 542 do CPC/2015. Paulo, no entanto, não efetuou o depósito no prazo determinado.

Diante desse cenário, o juiz deve

- (A) declarar a improcedência do pedido, pois a consignação é o meio adequado para a quitação da dívida, o que não foi realizado.
- (B) condenar Paulo ao pagamento de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, em razão da ausência de depósito.
- (C) conceder novo prazo para Paulo realizar o depósito, sob pena de extinção do processo com resolução de mérito.
- (D) extinguir o processo sem resolução de mérito, uma vez que Paulo não realizou o depósito no prazo fixado.
- (E) julgar improcedente a ação de consignação em pagamento, extinguindo a obrigação de Paulo com base na boa-fé processual.

68

Em uma ação de revisão de contrato bancário, José apresentou pedido de tutela provisória de urgência para suspender o pagamento de parcelas enquanto a ação estivesse em curso. A tutela foi deferida, e o banco foi intimado a suspender a cobrança. Contudo, o banco alega que essa decisão lhe trouxe graves prejuízos financeiros e pretende recorrer.

Nesse caso, o recurso cabível contra a decisão que concedeu a tutela provisória de urgência é (são)

- (A) a apelação.
- (B) os embargos de declaração.
- (C) o agravo de instrumento.
- (D) o recurso especial.
- (E) os embargos de divergência.

69

Finda a fase instrutória de ação indenizatória, o réu apresentou novos documentos que não haviam sido incluídos na contestação, alegando que os obteve apenas após o início da instrução.

A parte autora se manifestou contra a juntada dos documentos, argumentando que o prazo para a apresentação de provas documentais já havia se encerrado.

Diante dessa situação, o juiz deve

- (A) indeferir a juntada dos novos documentos, pois o prazo para a apresentação de provas documentais se encerra com a contestação.
- (B) admitir a juntada dos novos documentos, desde que o réu comprove que não teve acesso a eles antes da contestação.
- (C) admitir a juntada dos documentos, pois é direito do réu apresentar provas, não podendo haver oposição pelo juiz.
- (D) não admitir a juntada dos documentos, pois o autor se opôs expressamente com a sua inclusão nos autos.
- (E) indeferir a juntada dos documentos, pois a fase probatória já foi superada.

70

Maria, brasileira residente na Itália, obteve na Justiça italiana uma sentença de divórcio consensual com partilha de bens, a qual engloba bens imóveis localizados na França.

Ao retornar ao Brasil, Maria busca homologar a sentença estrangeira para que tenha validade no território brasileiro. Considerando as disposições do CPC e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que

- (A) não é cabível a homologação da sentença estrangeira, a qual só poderá ser homologada no Brasil se os bens partilhados estiverem localizados no território brasileiro.
- (B) a homologação da sentença de divórcio depende de prévia homologação da Justiça italiana e do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.
- (C) a sentença estrangeira de divórcio consensual de Maria produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) o cumprimento da decisão estrangeira far-se-á perante o juízo estadual competente para conhecer da causa.
- (E) Maria deverá requerer a homologação da sentença estrangeira de divórcio perante o Tribunal de Justiça do Estado onde possui domicílio.

REDAÇÃO

As questões urbanas que afetam a sociedade surgiram com o intenso processo de urbanização que aconteceu nos países em diferentes épocas. No Brasil, por exemplo, o êxodo rural e o conseqüente aumento populacional das cidades ganharam evidência a partir da metade do século XX, menos de cem anos atrás. Diferentemente de outras nações desenvolvidas, que apresentam planejamento urbano, o nascimento dos municípios brasileiros aconteceu sem organização prévia: os indivíduos se instalavam onde e como era possível. Com isso, uma série de fatores negativos surgiram.

Hoje, a população urbana enfrenta uma série de diferentes problemas.

Selecione os que lhe parecem mais graves, trace um panorama sobre suas causas e apresente medidas para reduzi-los, num texto de extensão entre 20 e 30 linhas, em modelo dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

